

AS ÁGUAS DO RIACHÃO:

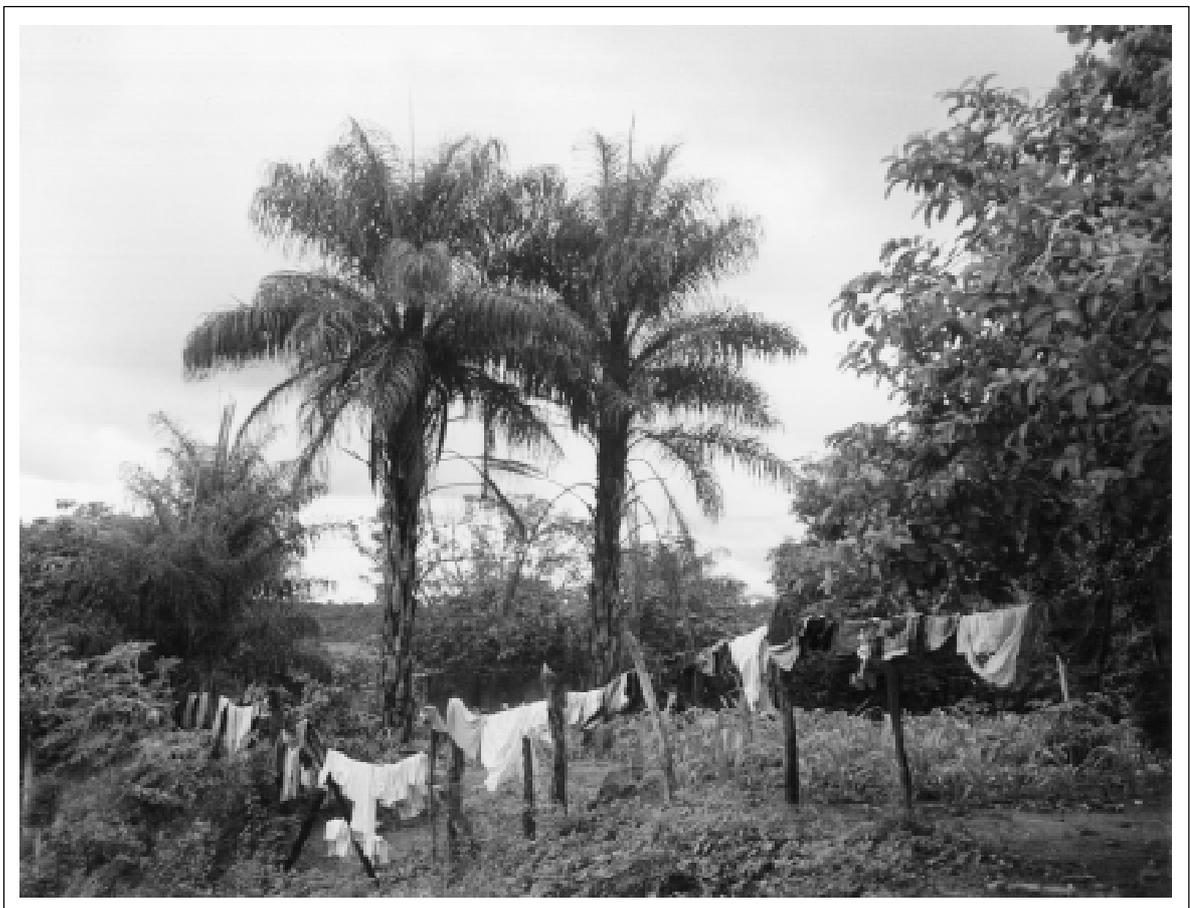
o ecologismo de sobrevivência do povo sertanejo

É

lá, no sertão nortemineiro, região de cerrado e caatinga, entre os municípios

de Montes Claros e Coração de Jesus, na Lagoa da Tiririca, que nasce um rio que dá origem a um lindo e rico vale, que faz parte da vida de muita gente: o Riachão. Suas águas cortam também as terras dos municípios de Mirabela e Brasília de Minas, indo ao encontro do rio Pacuí, que desagua no rio São Francisco. Mas o Riachão não tem pressa. É um rio que corre manso, sua velocidade é lenta, condicionada pela declividade suave com que seu fundo de vale vai serpenteando. Isso faz com que esse vale seja em geral largo, rodeado de chapadas originalmente cobertas por cerrados, as caixas d'água do sertão. As chapadas da margem direita do Riachão definem o que Gervaise (1975) chamou de interflúvio São Francisco-Verde Grande. Os vales marginais a essas chapadas, entalhados predominantemente em arenitos e calcários, se manifestam, na denominação do mesmo autor, como verdadeiras "ilhas agrícolas" em meio aos Gerais.

São verdadeiros oásis úmidos em meio ao sertão seco. Para o sertanejo do Riachão, esses brejos úmidos são os "pantames" (CAA, 2000), lugar histórico dos plantios de arroz (nas águas), hortaliças e feijão (na seca). Se as chapadas são a caixa d'água, os "pantames" são o canal úmido por onde a água que desce da caixa vai escoando lentamente rumo a seu destino inexorável: o Pacuí, o São Francisco sertão a fora, o mar. Os "pantames" e as chapadas formam um sistema hidroecológico responsável por segurar a água no vale o maior tempo possível, antes dela seguir seu destino. Esse sistema deu ótimas condições para a ocupação humana: água, terras baixas, úmidas e férteis, chapadas ricas em fruto e forragem. São mais de 3.000 famílias que habitam essa sub-bacia, cerca de 12.000 pessoas. Considerando-se essa população e a extensão da sub-bacia - 86.090 ha (CODEVASE, 1996) -, podemos dizer que ela é bastante habitada para os padrões rurais do Norte de Minas: 14 habitantes/km². Esta condição se deu justamente por esse sistema ecológico conformado pelo rio, seu vale e suas chapadas, mas, fundamentalmente, pelo cará-



ter perene do Riachão e de vários de seus afluentes. Até bem pouco tempo, o Riachão tinha água em abundância, mesmo tendo enfrentado as secas mais severas do Norte de Minas.

Brejo ninguém plantava, porque tava tudo cheio d'água, virava lagoa (...) o rio que é o rio dá numa altura em dia vai pra cortá, outra hora corta (S. Manoel Preto, camponês do Riachão)

A partir dos anos sessenta, as políticas governamentais centradas no plantio de monoculturas de eucalipto, na expansão da pecuária, no fomento a grandes projetos de irrigação e concentração de indústrias em cidades pólo, passam a interferir de forma marcante sobre a natureza, sobre a vida desta população, sobre seus valores e tradições.

A agricultura camponesa dos "pantames" perde espaço e a vida no Riachão vai ficando cada vez mais difícil. A partir de 1995, o rio perde sua perenidade quando cerca de oito pivôs centrais foram instalados na sua cabeceira, ameaçando a vida de toda essa população e dando início a conflitos que foram matéria de capa da revista *Globo Rural* em dezembro de 1998 com o título "O Pivô da Discórdia".

O que puxa mais é aquele pivô moço. Puxa água do rio, toca na chapada, moindo esse mundo aí. Num tem jeito ué ... Aquela água que eles puxa ela pra lá, ela num volta pro rio mais ... Só se tirasse do São Francisco. Agora, desse riozinho pequeno? (S. Manoel Preto, camponês do Riachão)

Essa problemática veio a se constituir, a partir de então, no principal entrave para a sustentabilidade produtiva e para a vida desses pequenos produtores da sub-bacia, numa contradição concreta entre a agricultura moderna e a tradicional, entre sertanejos e gaúchos, ou entre os "de dentro" (do lugar) e os "de fora".

Se no Brasil já conhecíamos a luta pela terra, o conflito do Riachão vai marcar a luta pela água - é a disputa pelos recursos naturais e a

forma pela qual setores da sociedade se apropriam dele que vão, cada vez mais, marcando a crise socioambiental contemporânea.

Essa luta se inicia em 1991, quando moradores de duas comunidades do alto Riachão - Pau d'Óleo, em Montes Claros, e Riachão, em Mirabela - reclamam que o rio está baixando após o início do funcionamento de três pivôs centrais de propriedade de José Constantini, *Zé Gaúcho*, na Lagoa da Tiririca, nascente do Riachão. Uma longa história de conflito vai se intensificar em 1993, com a concessão de novas outorgas de água pelo antigo DRH (Departamento de Recursos Hídricos - órgão do governo estadual) para Warmillon Braga, atual prefeito de Pirapora. Apesar das denúncias e alertas das comunidades ribeirinhas, as cabeceiras do Riachão sofrem intenso desmatamento e cada vez mais pivôs centrais sugam vorazmente as águas da Lagoa da Tiririca, chegando a um número de nove pivôs em 1999. Em 1993, ficam definidos os lados: a Cooperativa dos Irrigantes representa os grandes irrigantes, predadores das águas da Lagoa da Tiririca - *os de fora* - e a Comissão Pró-Riachão representa as comunidades camponesas que vão sentindo escassear as águas que sempre lhes supriram - *os de dentro*. O Estado, ainda portador do ranço dos tempos da ditadura, fica, é claro, neste primeiro momento, com os poderosos. Os mecanismos democráticos relativos aos direitos das populações aos recursos naturais ainda não existiam neste momento e ainda hoje são foco de luta social.

Em 1995, o Riachão seca pela primeira vez na história e, a partir deste momento, vai secar todo ano. Em 1996, com a pressão das comunidades, o COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental, através da Deliberação Normativa 44/96, chega a determinar a suspensão das atividades de irrigação no Riachão, até que estejam devidamente licenciadas. Mas, a própria Secretaria de Estado de Meio Ambi-

ente, à época, concede, *ad referendum*, licença de operação para um irrigante (CPT, 2005). O IGAM (Instituto de Gestão das Águas), constituído no lugar do DRH, volta a conceder outorgas para irrigação na Lagoa e o próprio COPAM concede licenciamento ambiental aos irrigantes. Em final de 1999, são feitos os primeiros estudos hidrológicos da bacia que demonstram a insustentabilidade da irrigação nas suas cabeceiras, seja com água superficial, seja com água subterrânea - a constituição cárstica da área faz com que essas águas sejam interligadas, fenómeno que as comunidades há muito já vinham apontando (ÁGUA - Consultores Associados, 1999). As outorgas são canceladas pela Câmara de Recursos Hídricos do COPAM em maio de 2000 e, pela primeira vez, se começa a discutir e definir uma vazão mínima que deveria correr abaixo da Lagoa da Tiririca: 120 l/s. Mas nada se cumpre, a luta se intensifica e se radicaliza. Alguns irrigantes fazem até ameaça de morte aos diretores do IGAM (CPT, 2005). Em agosto de 2000, a vazão abaixo da Lagoa da Tiririca é de 36 l/s e assim é deflagrada a greve de sede e de fome de um morador do vale e de um técnico do CAA que acampam em plena praça central de Montes Claros. A greve dura três dias, dá grande visibilidade à luta, e, pela primeira vez, 16 bombas foram lacradas. Entretanto, logo depois de terminada a greve, o IGAM, rompendo o acordo com o MSA (Movimentos dos Sem Água), retira os lacres e os pivôs são reabertos numa demonstração de fraqueza do poder legal do Estado. Em outubro de 2000, é constituída oficialmente uma Comissão Gestora Provisória do Riachão que deve acompanhar o processo, visando manter os 120 l/s de vazão abaixo da Lagoa da Tiririca. Já no início da seca de 2001 essa vazão não se mantém. Em 2002, cerca de 70 km do curso do rio ficam secos. Em março de 2003, as comunidades se retiraram da Comissão Gestora em protesto pelo descumprimento das resoluções do COPAM. A nova gestão no IGAM, a partir de 2003, ini-

cia novo processo de estudos e negociações para dirimir o conflito.

A lei 9.433 de Recursos Hídricos, aprovada no final de 1997, vem no sentido da democratização da gestão dos recursos hídricos e, de certa forma, vai legitimar as reivindicações das comunidades sertanejas. Mas, o que vai realmente fazer a diferença é a lição de mobilização social que a população, majoritariamente camponesa, do vale do Riachão, apoiada por algumas organizações religiosas e da sociedade civil, vai dar. Depois de cerca de 14 anos de luta e de mobilização quase que permanente, essa população vai conseguir ver, finalmente, serem lacrados os pivôs centrais que atormentaram suas vidas em todos esses anos. Uma nova deliberação normativa é aprovada e publicada e o IGAM lacra as bombas do entorno da Lagoa da Tiririca em janeiro de 2004. Novas tentativas são feitas pelos irrigantes, mas o lacramento se mantém, pelo menos até a presente data.

A história do conflito e da luta pela água no Riachão tem várias lições a nos oferecer:

1. O sistema hidrológico nas regiões de cerrado, em especial na transição para o semi-árido tem um equilíbrio delicado e frágil. A solução da irrigação só pode ser adotada muito pontual e cuidadosamente. A lógica deve ser a da convivência com as restrições hídricas que caracterizam os ecossistemas sertanejos.
2. Os pivôs centrais se constituem numa tecnologia de consumo intensivo, perdulário e concentrador de água. Não é à toa que eles são proibidos em vários países. Enquanto isso, aqui no Brasil, nós achamos que eles representam produtividade e progresso.
3. A mobilização e a luta da população do Riachão mostram a capacidade da população sertaneja de exercer sua cidadania e lutar pelos seus direitos, apesar de toda história opres-

sora dos coronelismos no sertão mineiro.

4. Essa luta mostra que há, no âmbito da questão ambiental contemporânea, uma disputa pela apropriação dos recursos naturais e pelo sentido conferido ao seu uso. Essa luta, que encontra como símbolo a figura de Chico Mendes, está inserida no que Alier (1998) chamou de ecologismo de sobrevivência. Ao contrário do ecologismo da abundância, que não tem lugar nem ecossistema específico e se refere a uma preocupação ambiental "pós-materialista" pela qualidade de vida das classes médias urbanas, em especial do Primeiro Mundo, o ecologismo de sobrevivência é um ecologismo dos pobres, inseridos e enraizados em lugares e ecossistemas determinados, de cujos recursos naturais dependem para sobreviver e lutam contra a injustiça ambiental.

5. Os povos do cerrado (assim como os povos da floresta, que se tornaram seus principais defensores) são hoje protagonistas desse ecologismo de sobrevivência em vários locais desse nosso grande bioma - na luta pela terra e pela água, na luta contra a opressão das monoculturas de eucalipto e de grãos, na luta contra grandes projetos hidro-energéticos, na luta por um outro projeto para o cerrado brasi-

leiro etc.

Enfim, a luta das comunidades do Riachão tem uma clara e enorme importância local e regional, considerando a história e o passado opressor do Norte de Minas, onde suas elites, órgãos e projetos governamentais de desenvolvimento ignoraram, marginalizaram ou expropriaram sistematicamente a população camponesa deste sertão. Mas essa luta também se insere numa dimensão maior que envolve o reconhecimento dessa população e a disputa pelo futuro do cerrado. A passagem abaixo da Carta do Maranhão explicita o sentido e a dimensão dessa disputa.

Queremos afirmar que o Cerrado não pode estar subordinado à lógica e ao valor do business (negócio). Para nós, o valor do Cerrado é antes de tudo o valor da vida de todos os seres e elementos que o constituem, que nele habitam e que dele dependem: homens, mulheres, os bichos, as plantas, a terra, as águas, os minerais, valor esse, cujo aprendizado do seu profundo significado traduzimos em nossas múltiplas e variadas culturas enquanto povos dos cerrados (Articulação do Agroextrativismo da Rede Cerrado, 2002).

Que as águas do Riachão, assim como a rabeça de Zé Coco, soem para sempre neste sertão profundo.

REFERÊNCIAS

ALIER, Joan M (1998). *Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular*. Blumenau: Ed. da FURB. ARTICULAÇÃO DO AGROEXTRATIVISMO DA REDE CERRADO (2002). Carta do Maranhão. João Lisboa/MA, mimeo, 4p. CAA (2000). Relatório Técnico 3. Montes Claros: Projeto Piloto de Gestão Participativa dos Recursos Hídricos e de Educação Ambiental na Sub-bacia do Riachão, mimeo, 96p. CODEVASF (1996). Carta da Bacia Hidrográfica do Rio Riachão. Montes Claros. CPT (2005). Riachão: trajetória documental de um rio marca-

do para morrer. Montes Claros, mimeo, 7 p. GERVAISE, Yves (1975). A Transformação Agrária do Nordeste Meridional (Norte de Minas Gerais). Instituto de Geociências/UFMG, publicação especial número 1. *GLOBO RURAL* (1998). O Pivô da Discórdia. In: Rev. *Globo Rural*, ano 14, n. 158, dez/1998, p. 48 a 56. LASCHEFSKI, Klemens (2005). O Comércio de Carbono e a Industrialização de Paisagens: a Sustentabilidade Geográfica das Plantações de Eucalipto. In: *A Insustentável Leveza da Política Ambiental*: Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, lançamento previsto para agosto de 2005.

